



Dívida Pública

Subsecretaria da Dívida Pública

Setembro - 2019

Conceitos da dívida pública: DBGG, DLSP, DPF e Compromissadas

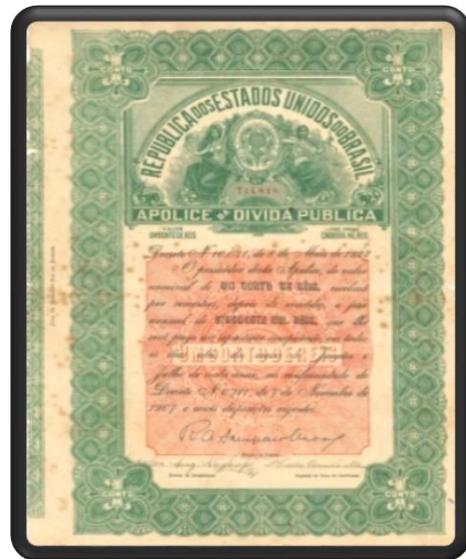
Principais Regras Fiscais

Fluxos de resultado do Banco Central (transferência/cobertura)

Indicadores da dívida

Fontes de Financiamento do Estado

Duas fontes de financiamento do Estado



Dívida Pública

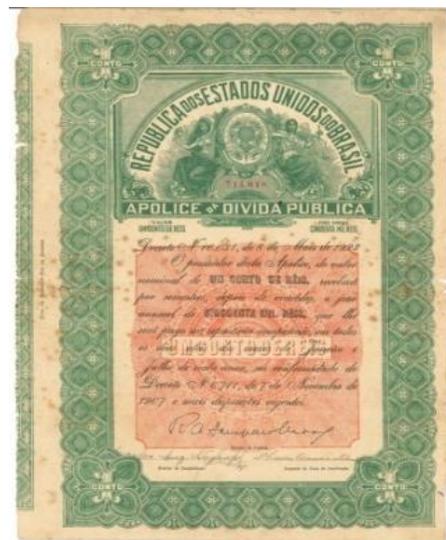
Dívida Mobiliária
(títulos)

Dívida
Contratual



Tributação

Fontes de Financiamento da Dívida Pública



Dívida Pública



Fundos de Previdência
26%



Governo
4,1%



Fundos de Investimento
25,3%



Instituições Financeiras
22,7%

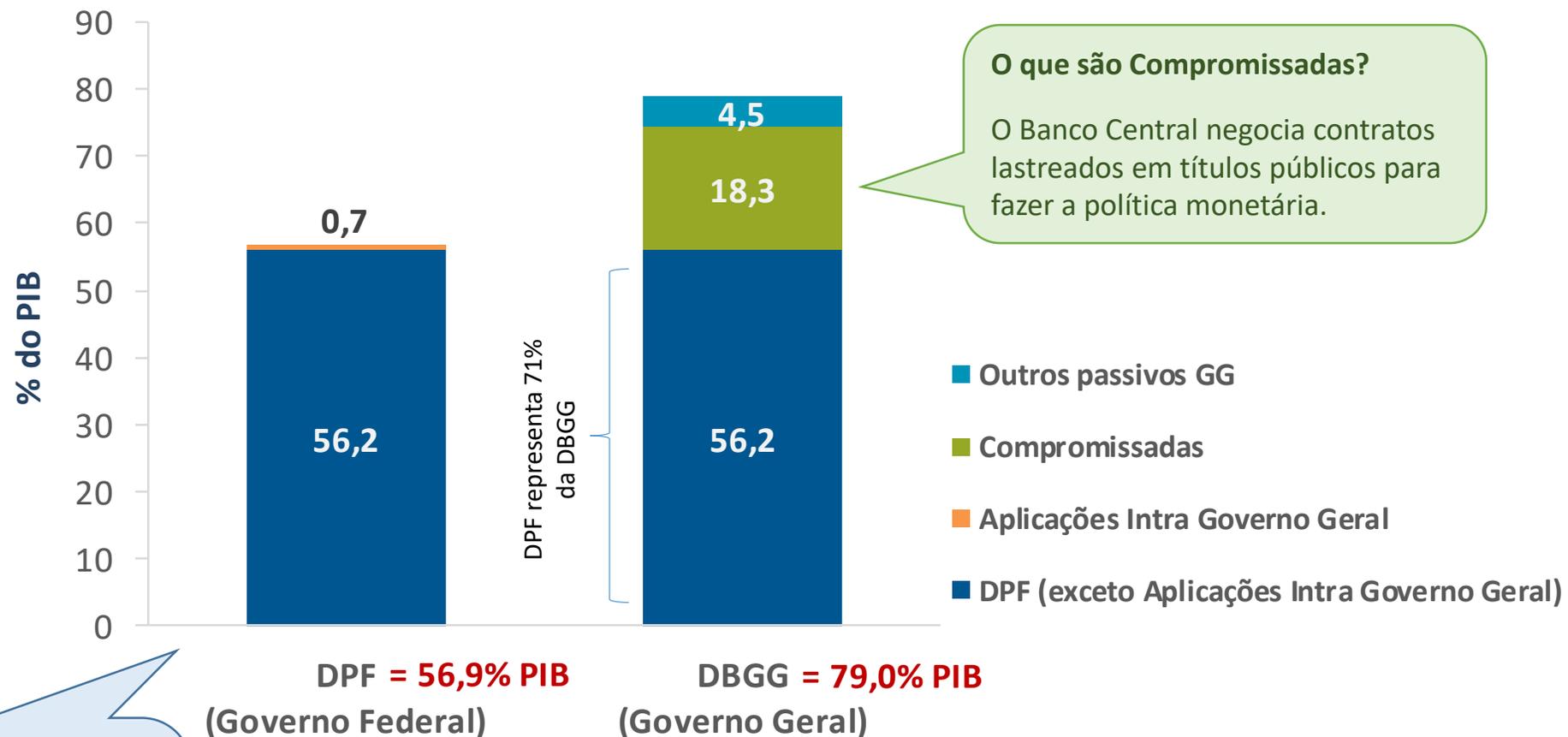


Não-residentes
12,3%



Seguradoras
4%

Relação entre Dívida Pública Federal (DPF) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)



O que são Compromissadas?

O Banco Central negocia contratos lastreados em títulos públicos para fazer a política monetária.

■ Outros passivos GG

■ Compromissadas

■ Aplicações Intra Governo Geral

■ DPF (exceto Aplicações Intra Governo Geral)

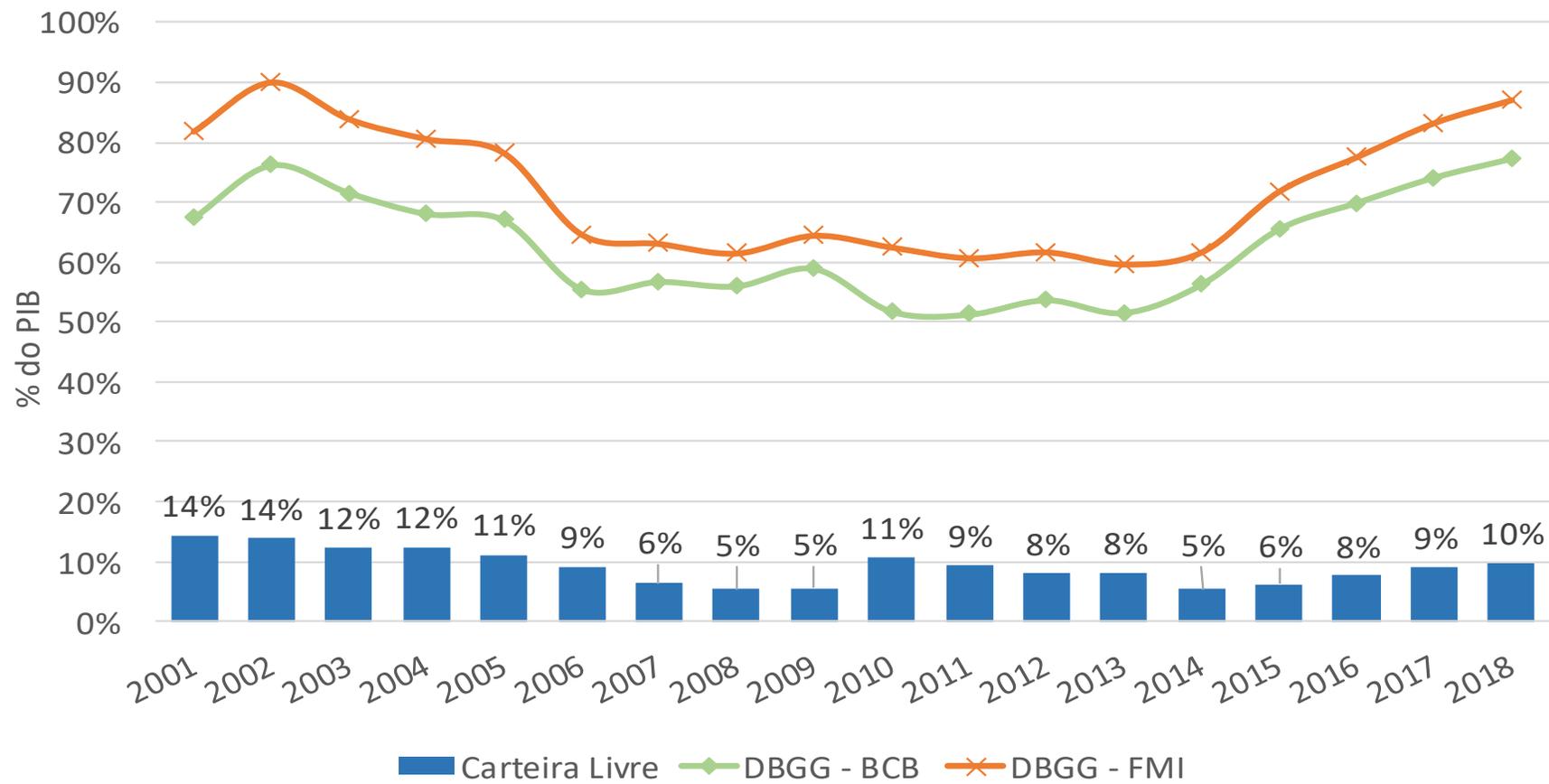
Como se forma a DPF?

O Tesouro Nacional emite títulos públicos em mercado primário para cobrir necessidade de financiamento (política fiscal) e executar políticas de governo.

Fonte: Banco Central. Nota de Política Fiscal (julho de 2019)

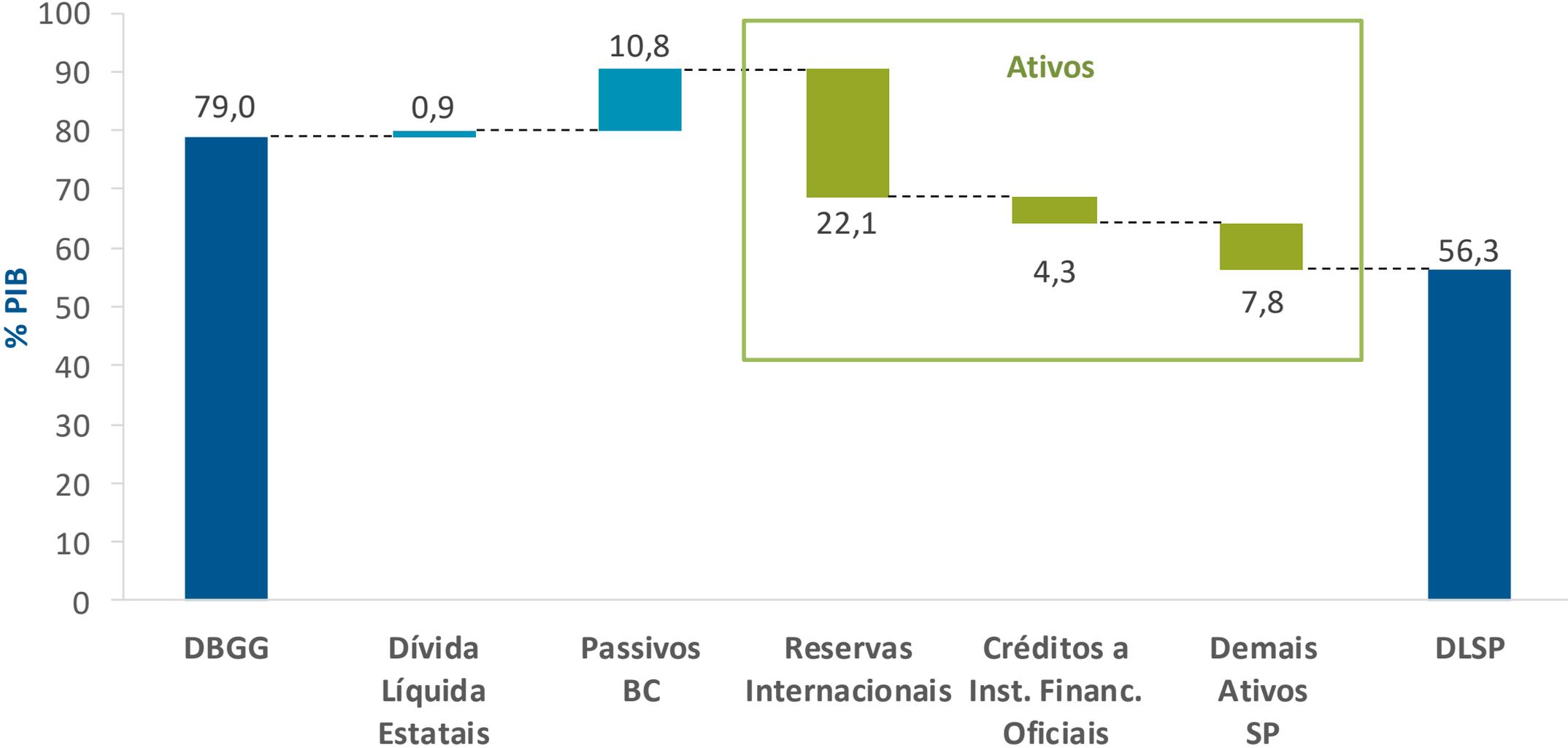
Carteira de títulos do BCB e as estatísticas de endividamento

Dívida Bruta do Governo Geral e Carteira de Títulos Livres do BC



Fonte: BCB. A série de 2001 a 2005 para a DBGG-BCB foi elaborada pela STN, com base em dados do BCB.

Relação entre Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)

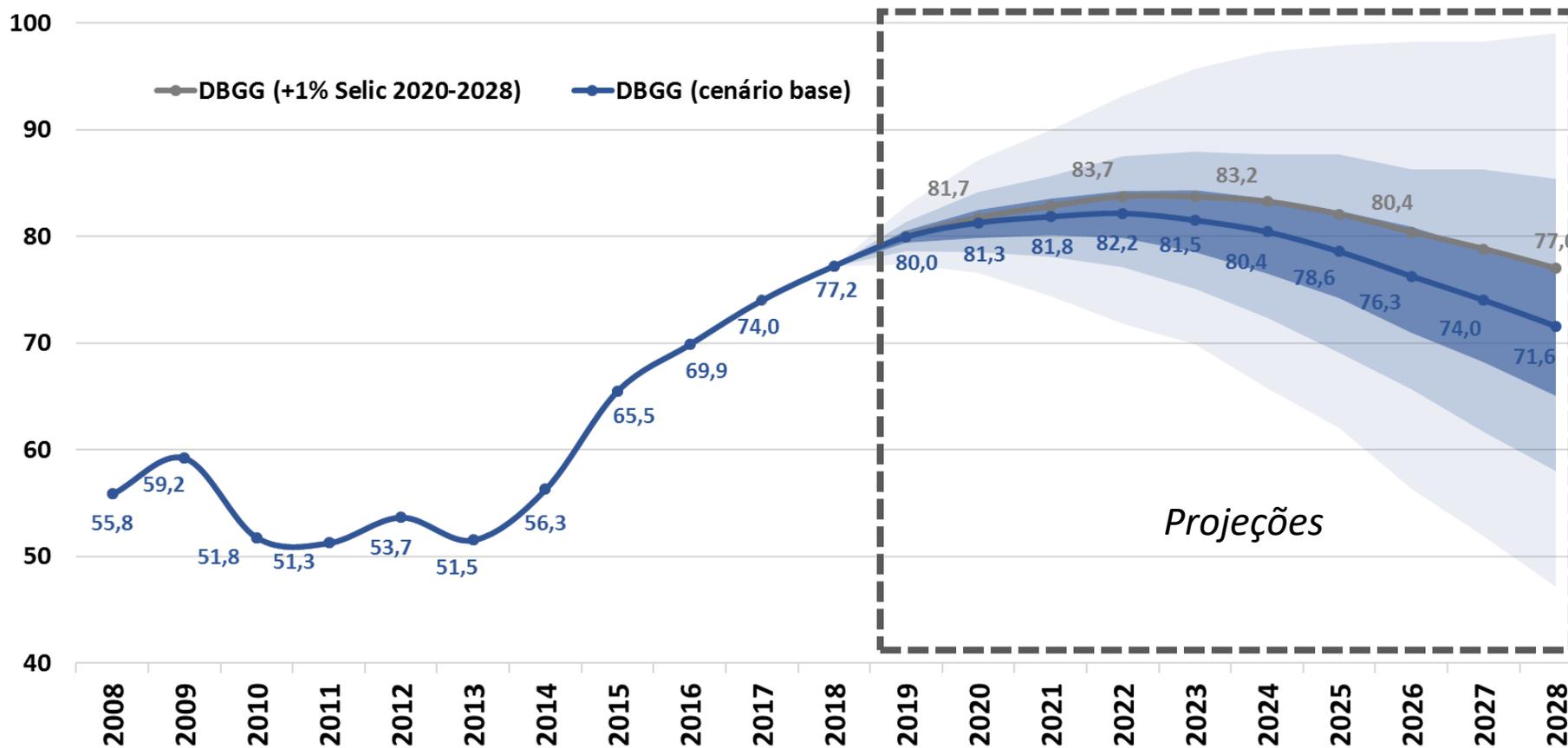


Fonte: Banco Central. Nota de Política Fiscal (julho de 2019)

Sustentabilidade da dívida – Dívida Bruta do Governo Geral

pré-pagamentos do BNDES

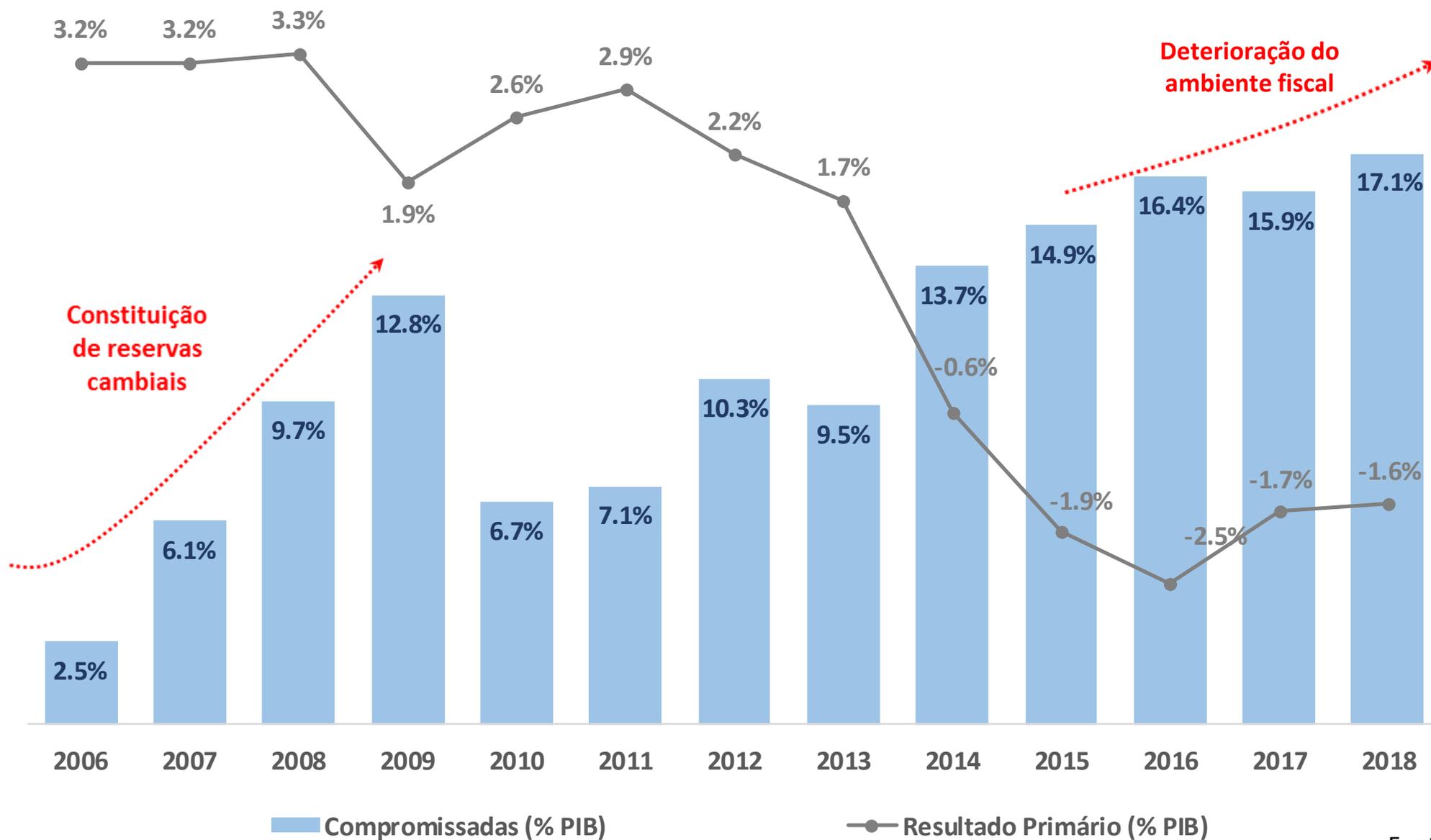
Paid:
 2015: R\$ 30,5 bi
 2016: R\$ 100 bi
 2017: R\$ 50 bi
 2018: R\$ 130 bi
 2019: R\$ 70 bi



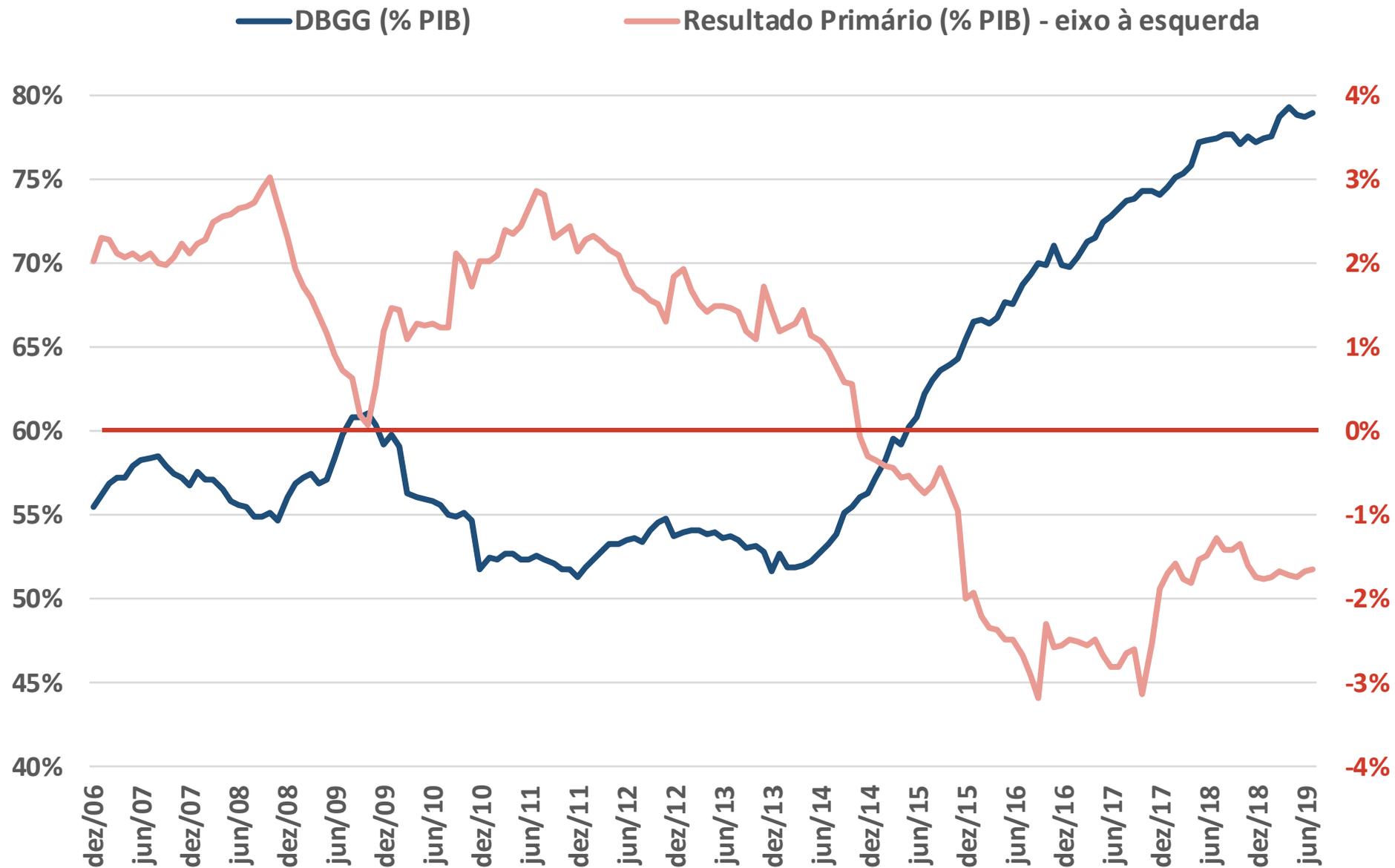
Posição junho 2019
 Fonte: Banco Central, projeções do Tesouro Nacional

Parâmetros Macroeconômicos	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Câmbio - final período (R\$/US\$)	3,80	3,80	3,85	3,90	3,93	4,00	4,07	4,14	4,21	4,29
Crescimento real do PIB (% a.a.)	0,93%	2,20%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Deflator do PIB (% a.a.)	4,51%	4,73%	4,75%	4,75%	4,75%	4,75%	4,75%	4,75%	4,75%	4,75%
IPCA (% a.a.)	3,84%	4,00%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%
Taxa Selic média (% a.a.)	6,31%	6,50%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%
8 Resultado primário (% PIB)	-1,83%	-1,54%	-0,79%	-0,34%	0,44%	1,04%	1,63%	2,18%	2,19%	2,19%

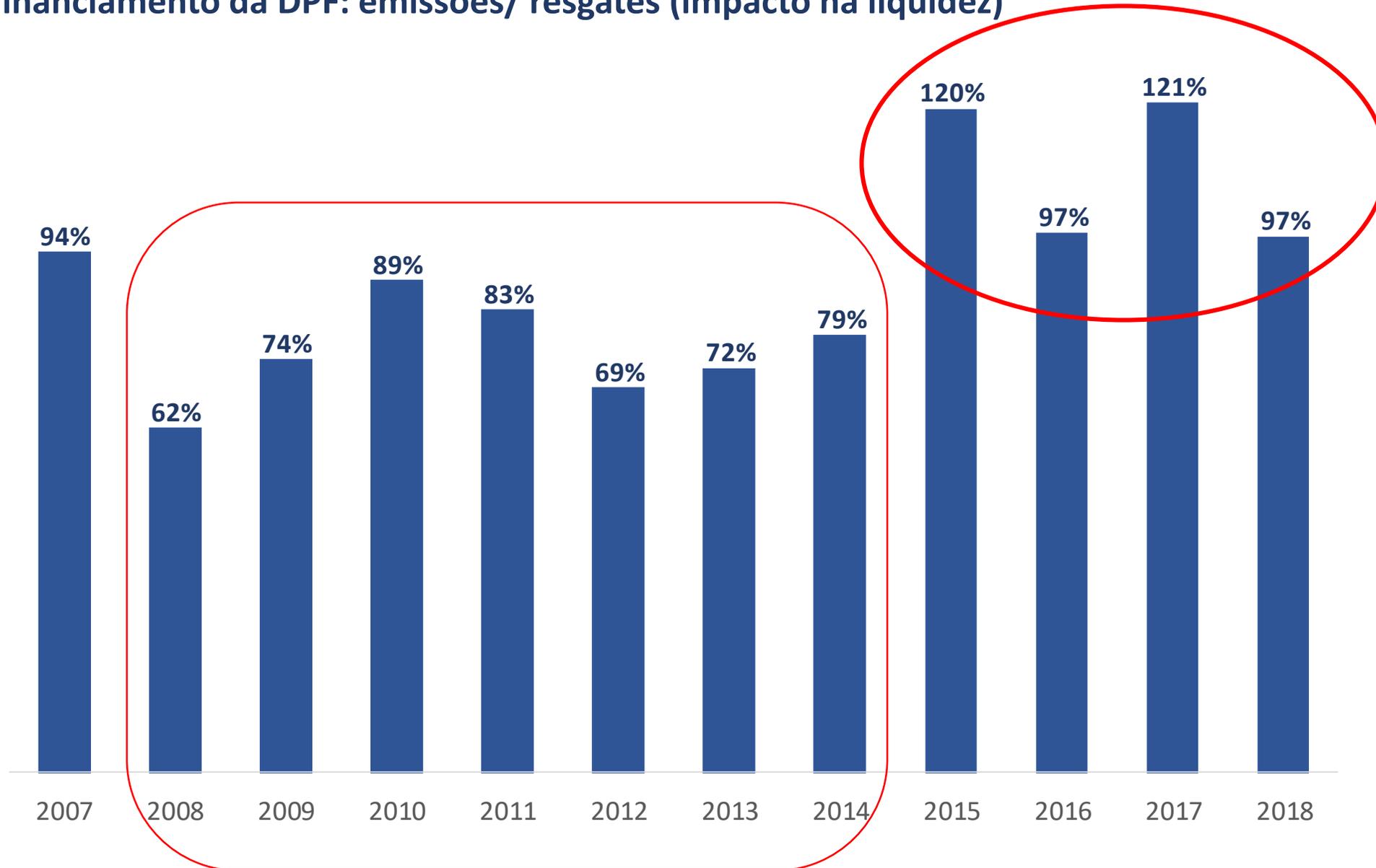
Deterioração do ambiente fiscal aumenta compromissadas, com impacto na DBGG



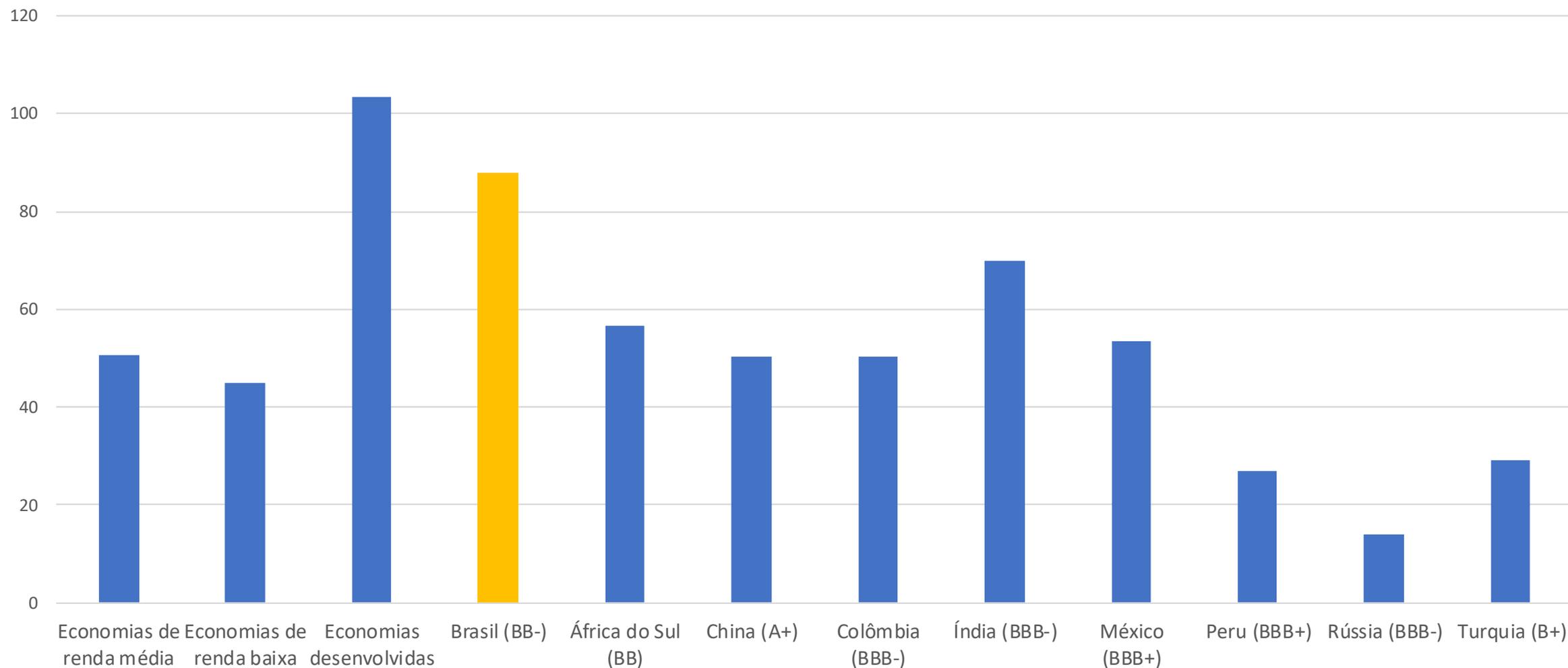
Déficits primários e DBGG



Taxa de refinanciamento da DPF: emissões/ resgates (impacto na liquidez)

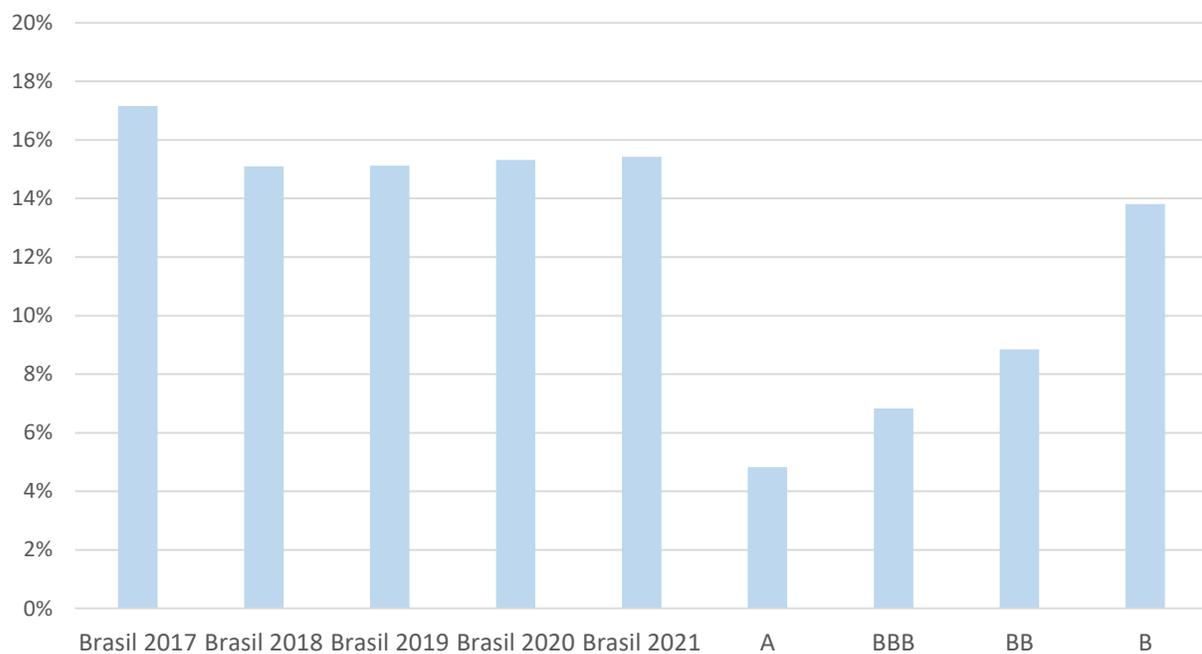


Comparação entre Países - Dívida Bruta do Governo Geral – % PIB (DBGG/PIB) - 2018

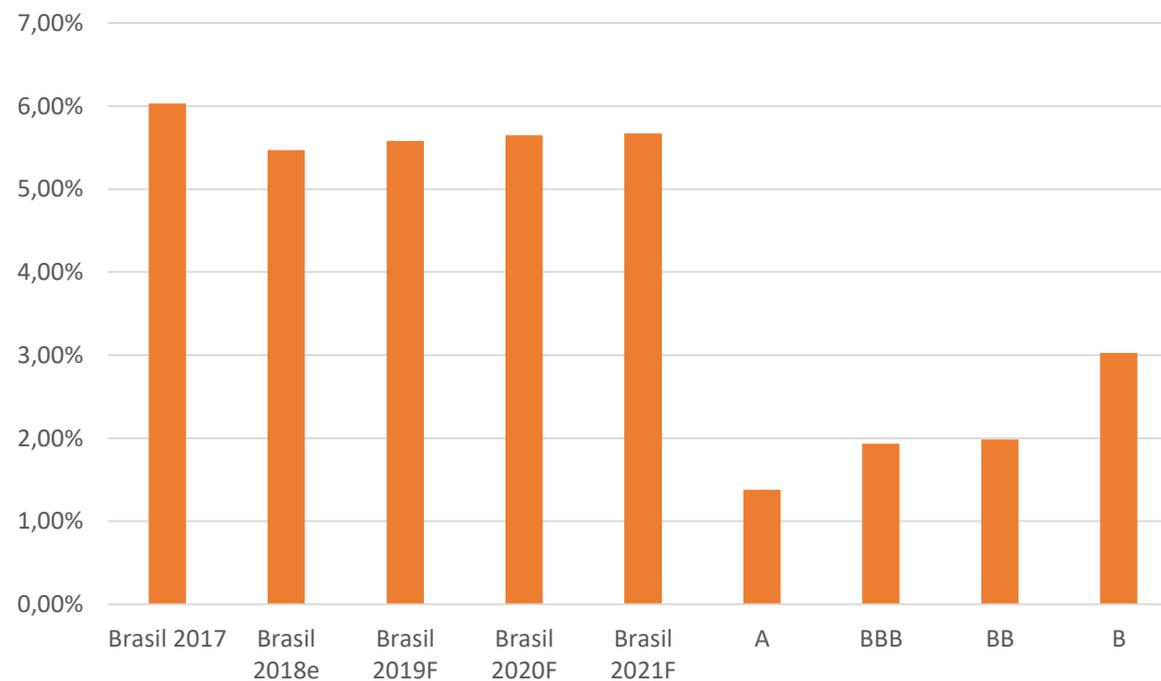


Pagamento de juros do Brasil em nível superior ao de seus pares

Pagamento de Juros do GG – % Receita - 2018

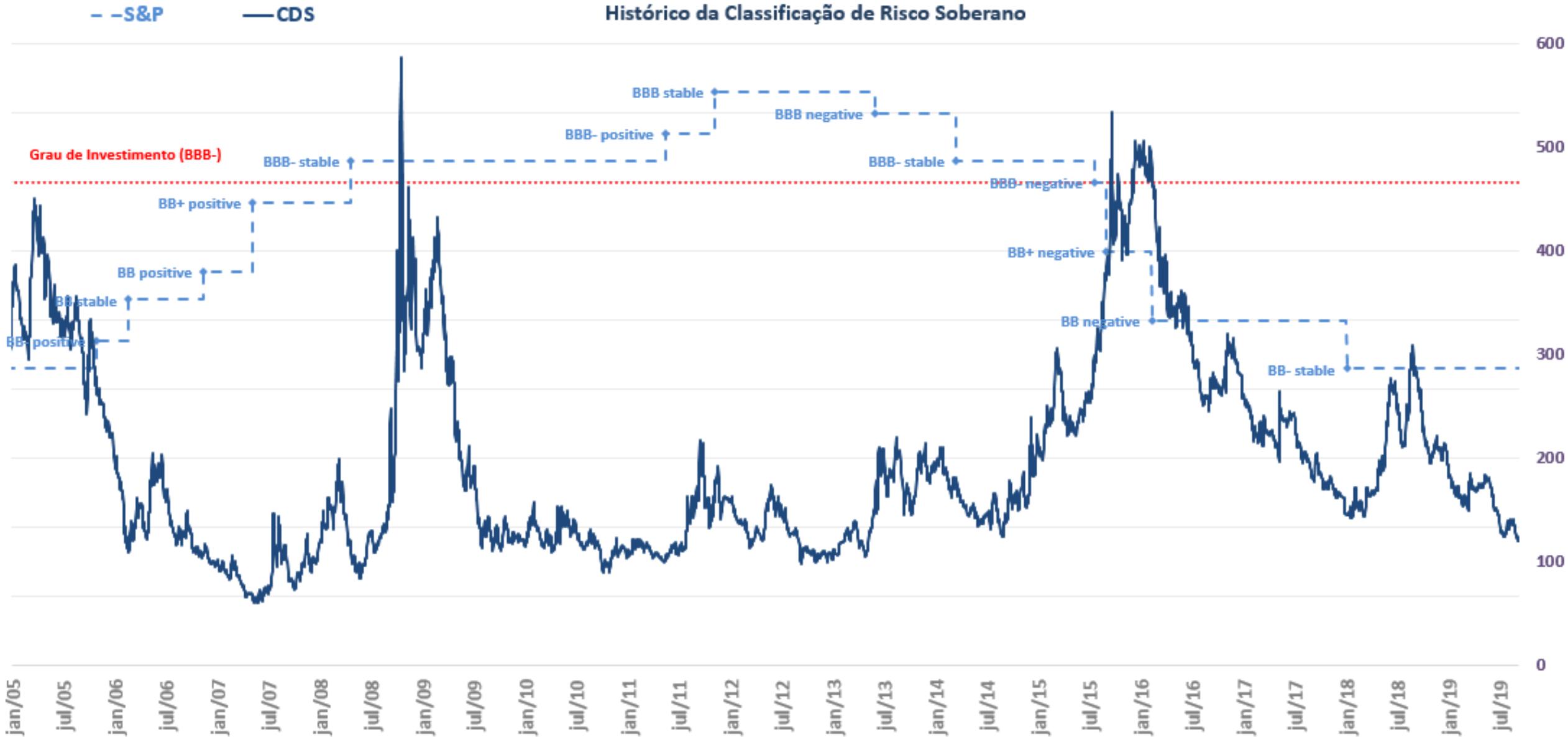


Pagamento de Juros do GG- % PIB - 2018



Fonte: Standard & Poor's - 2019

Histórico da Classificação de Risco Soberano – Agência S&P



Resumo Metodologia S&P



Rating
bb-

Categorias

- Escore Institucional (4)
- Escore Econômico (5)
- Escore Externo (3)
- Escore Fiscal (6)**
- Escore Monetário (3)



Perfil Econômico e Institucional (4,5)

Perfil Flexibilidade e desempenho (4)

Os escores são combinados pela média para formar os perfis.

Cada fator recebe uma pontuação que varia numa escala de 1 a 6 (sendo 1 a mais forte e 6 a mais fraca).

Nível indicativo de Rating Soberano (bb-)

Fatores de Ajuste Complementar (-1 a +1) (0)

Rating Soberano em Moeda Estrangeira (bb-)

Geralmente zero a um degrau de ajuste para cima (0 a +1) (0)

Rating Soberano em Moeda Local (bb-)

Conceitos da dívida pública: DBGG, DLSP, DPF e compromissadas

Principais Regras Fiscais

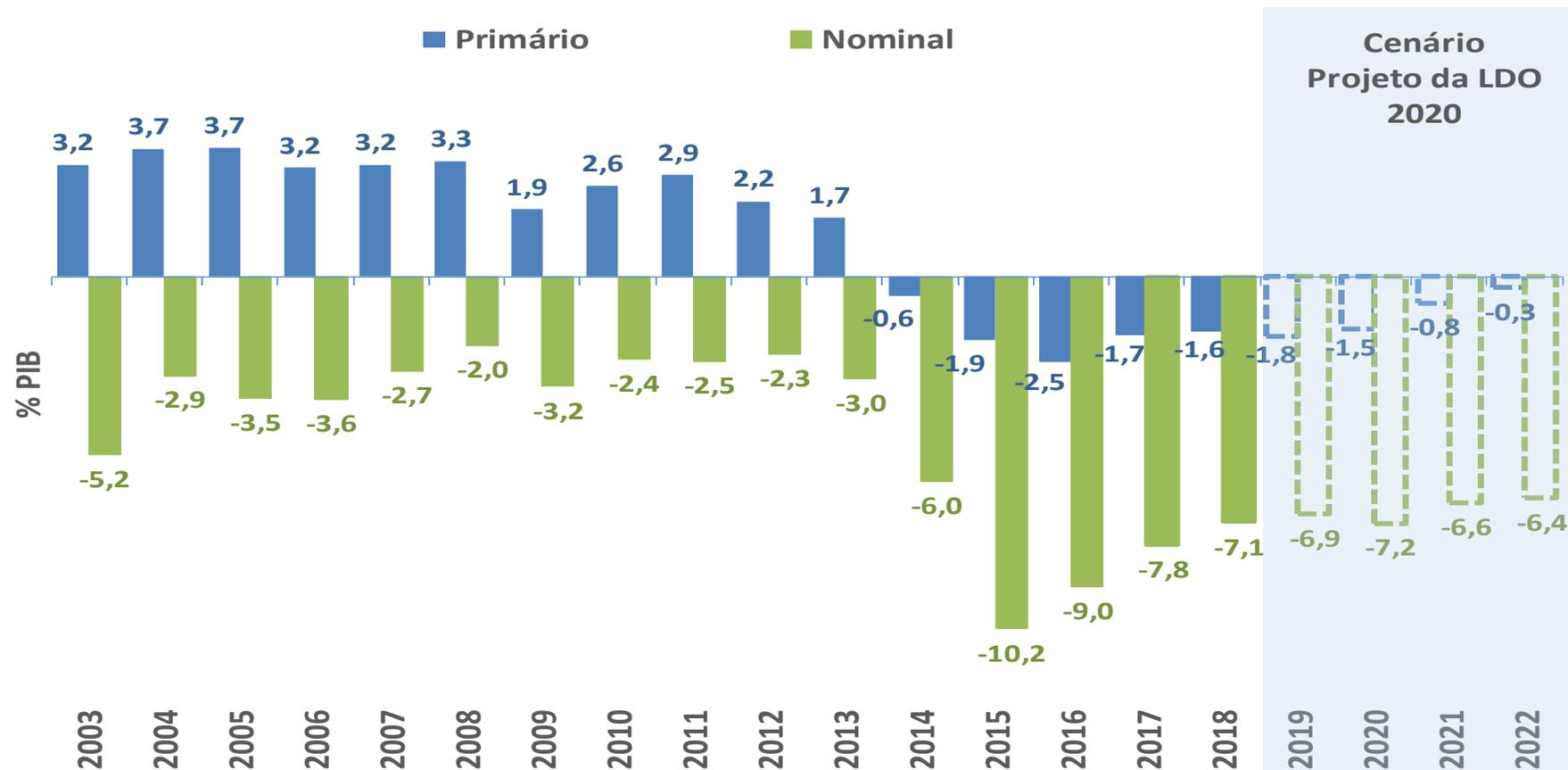
Fluxos de resultado do Banco Central (transferência/cobertura)

Indicadores da dívida

Principais âncoras fiscais do Brasil

- » **Metas anuais de resultados primários:** LRF 2000 defini que as metas fiscais anuais devem ser definidas na LDO de cada ano.
- » **Teto dos Gastos:** EC 95 estabelece que as despesas do governo ficam limitadas ao crescimento da inflação (IPCA)
- » **Regra de Ouro:** Prevista na Constituição Federal, estabelece que o montante de receitas geradas por meio de emissões de dívida pública deve estar limitado ao total das despesas de capital (investimentos, amortização da dívida e inversões financeiras).

Metas anuais de resultados primários (LDO)



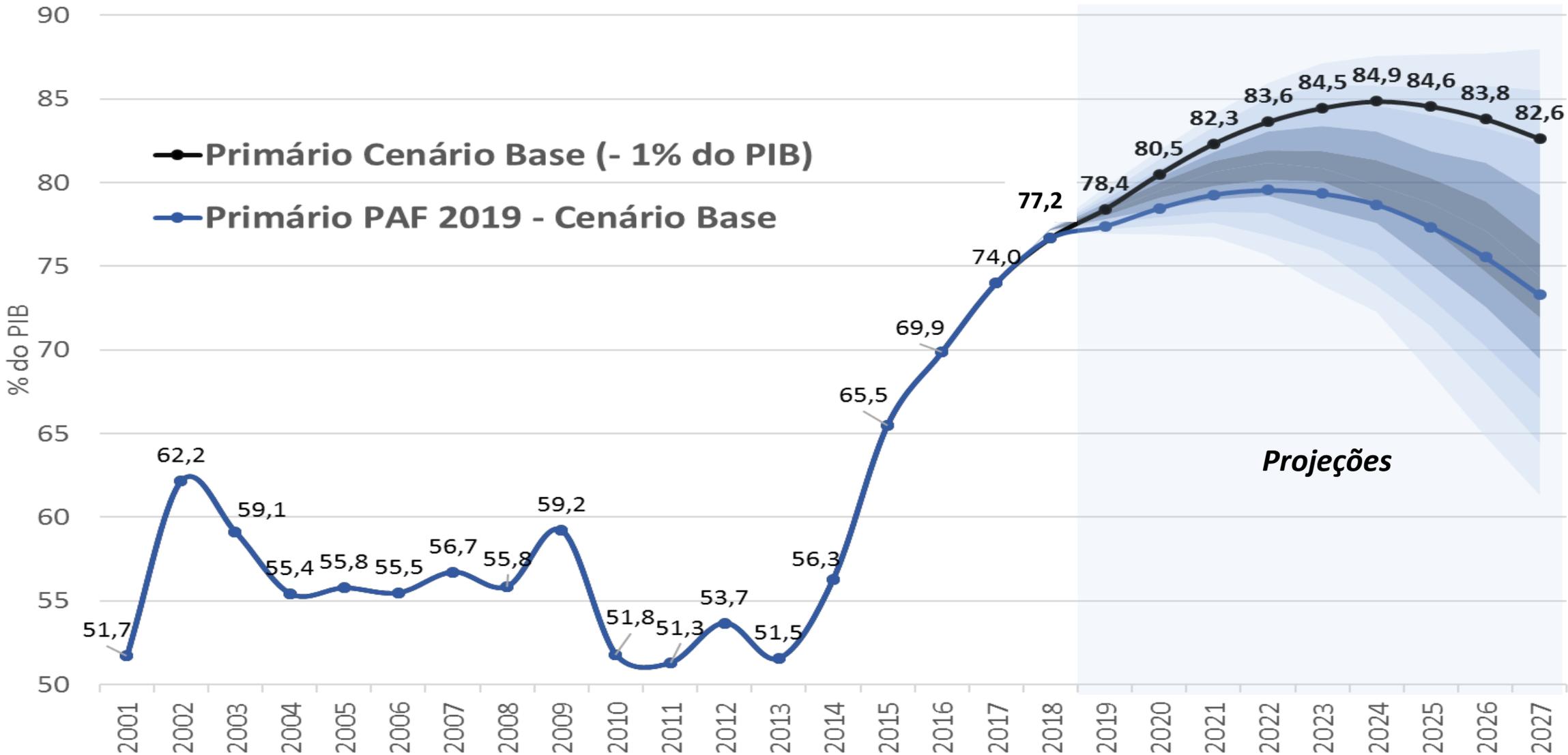
Fonte dados realizados:
Banco Central
Projeções: LDO 2020

Resultado Primário	2018		2019		2020		2021		2022	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
Governo Central	-116,2	-1,69	-139	-1,9	-124,1	-1,58	-68,5	-0,81	-31,4	-0,35
Governos Regionais	3,5	0,05	10,5	0,1	9	0,11	7,25	0,09	5,3	0,06
Estatais	4,4	0,06	0,06	0	-3,81	-0,05	-4,04	-0,05	-4,24	-0,05
Setor Público	-108,3	-1,57	-132	-1,8	-118,91	-1,51	-65,29	-0,77	-30,34	-0,33

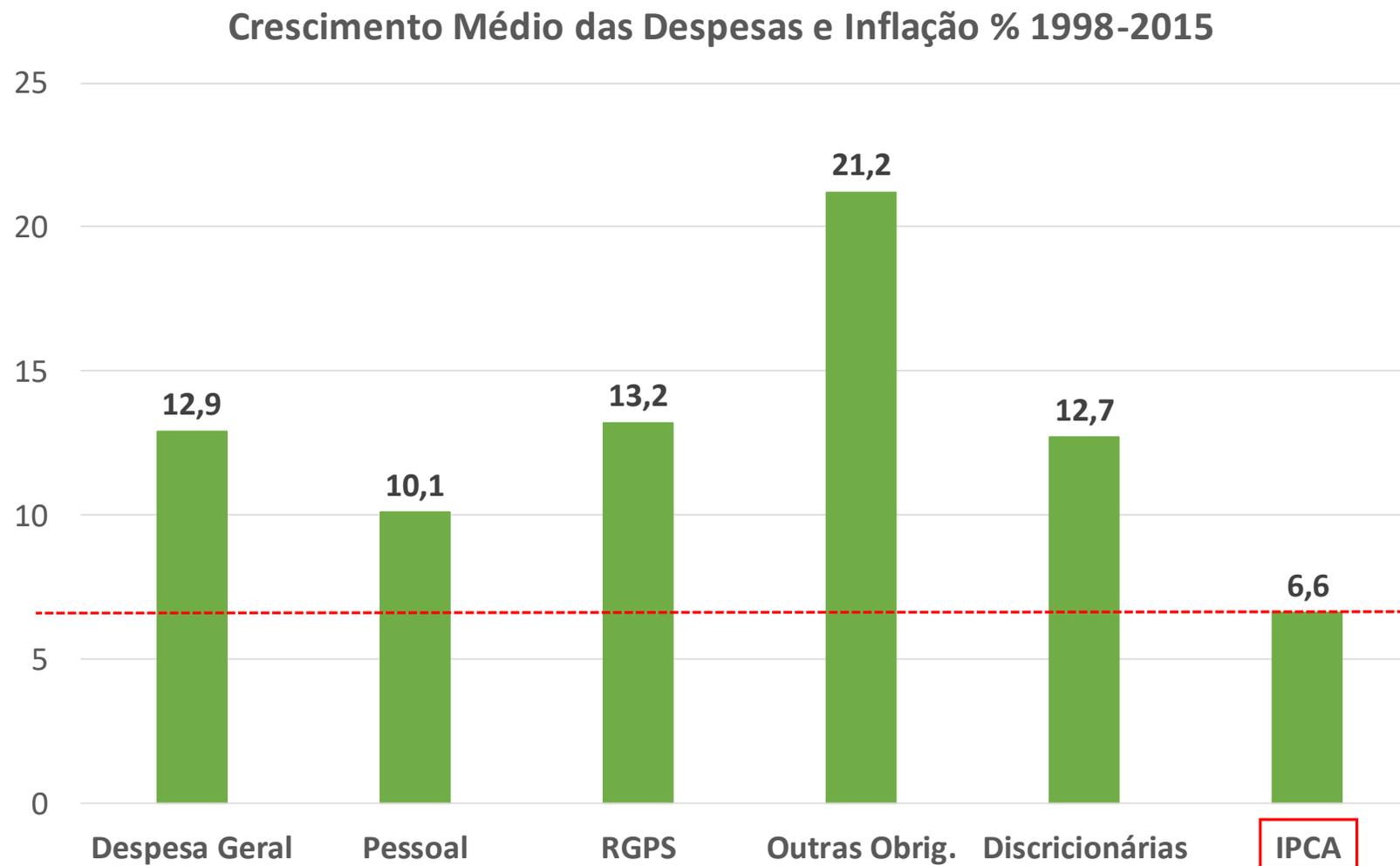
Projeções: LDO 2020

(As projeções utilizam crescimento real do PIB igual a 2,7% em 2020, 2,6% em 2021 e 2,5% em 2022)

Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – Impacto na DBGG referente a uma deterioração do fiscal

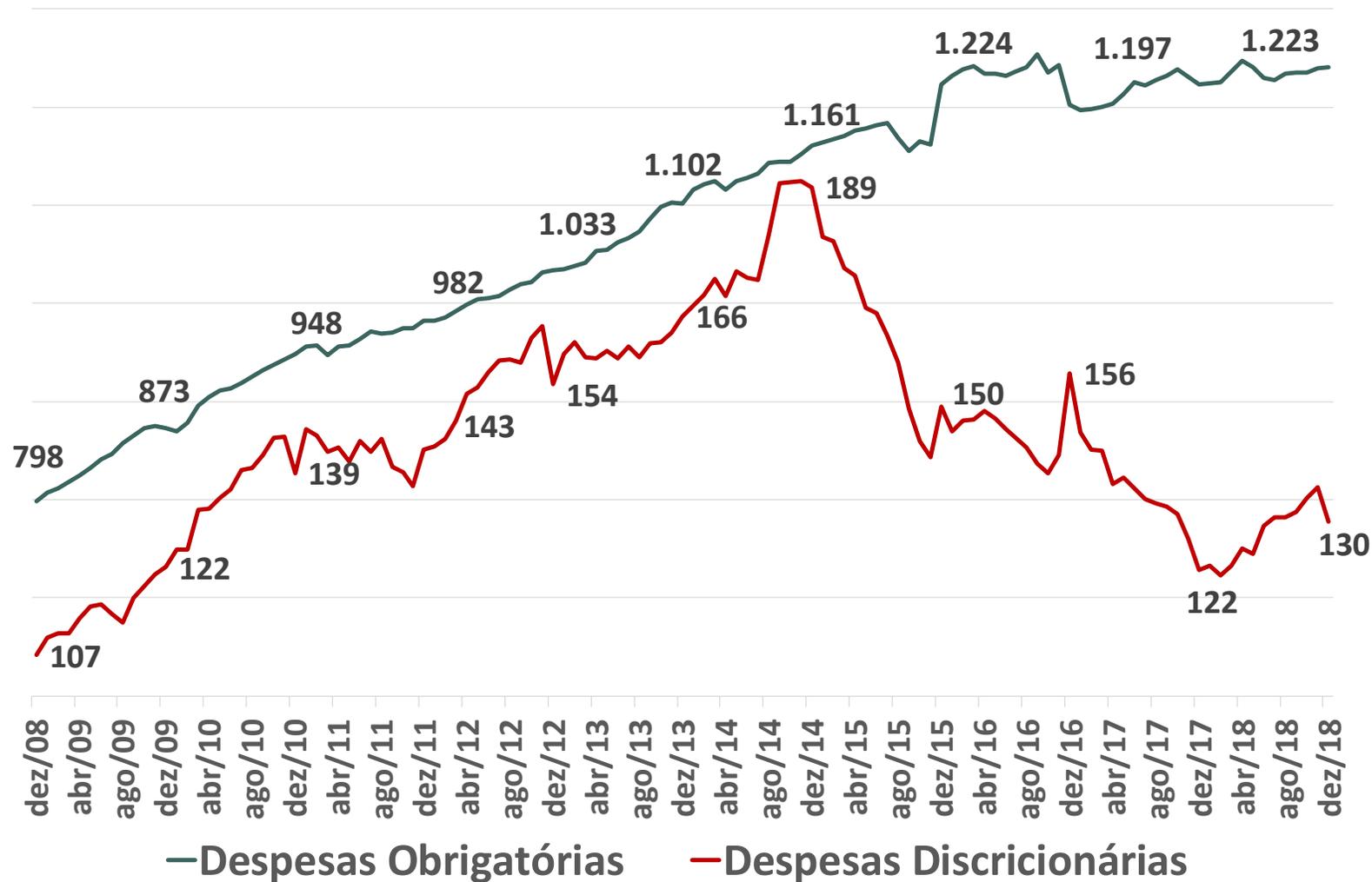


Teto dos gastos (Emenda Constitucional 95, aprovado em dezembro de 2016)

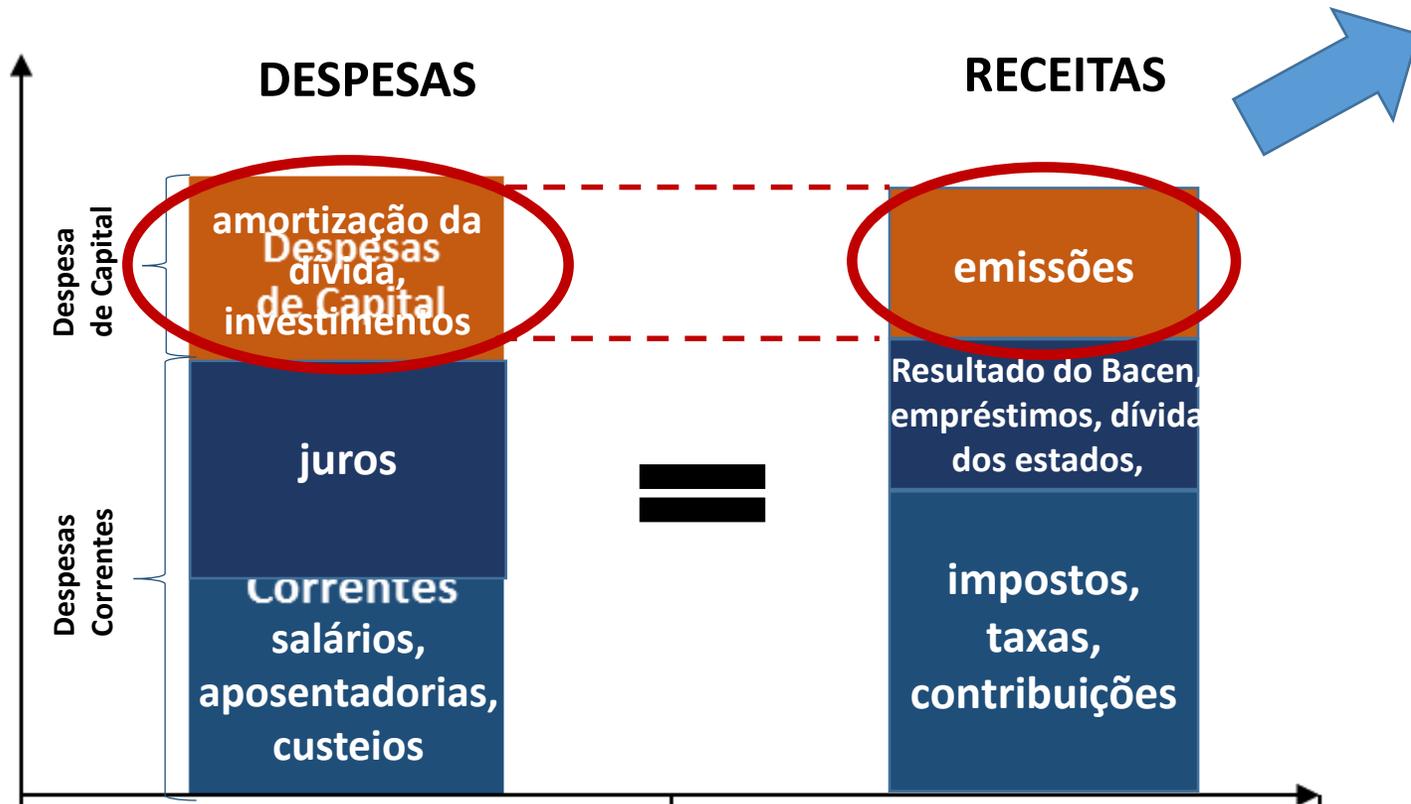


Teto dos gastos (Emenda Constitucional 95, aprovado em dezembro de 2016)

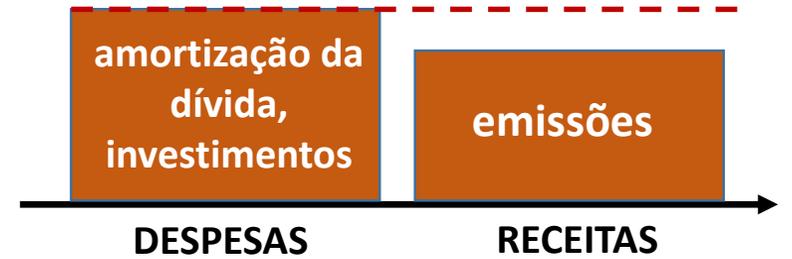
Desempenho dos gastos do Governo Central (R\$/bilhões 2008-2018)



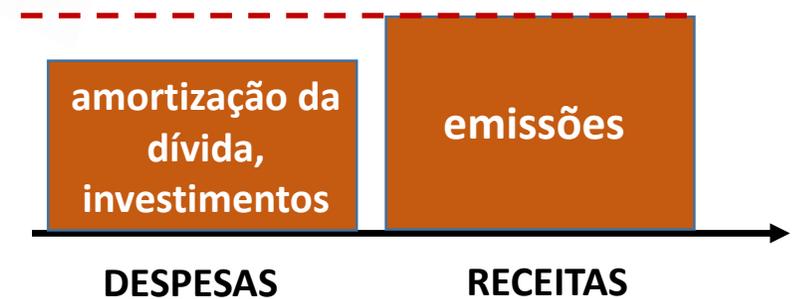
Regra de Ouro



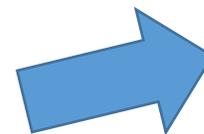
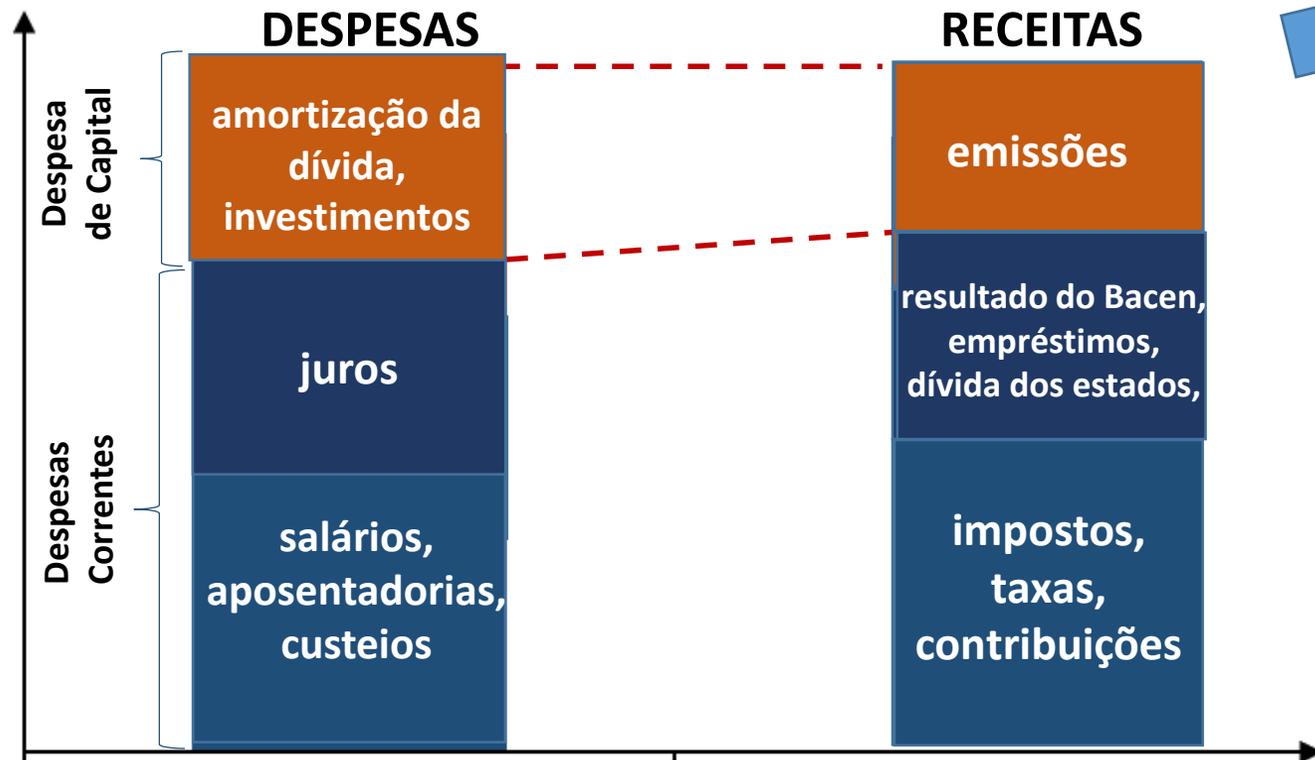
Cumpriu a regra de ouro



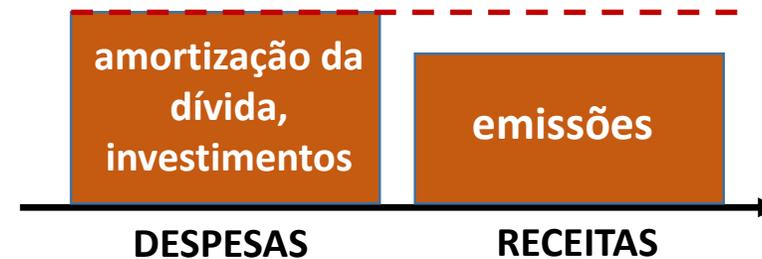
Descumpriu a regra de ouro



Regra de Ouro



Cumriu a regra de ouro



⇒ O que tem evitado o descumprimento da regra de ouro num cenário de **déficits** recorrentes?

Conceitos da dívida pública: DBGG, DLSP, DPF e compromissadas

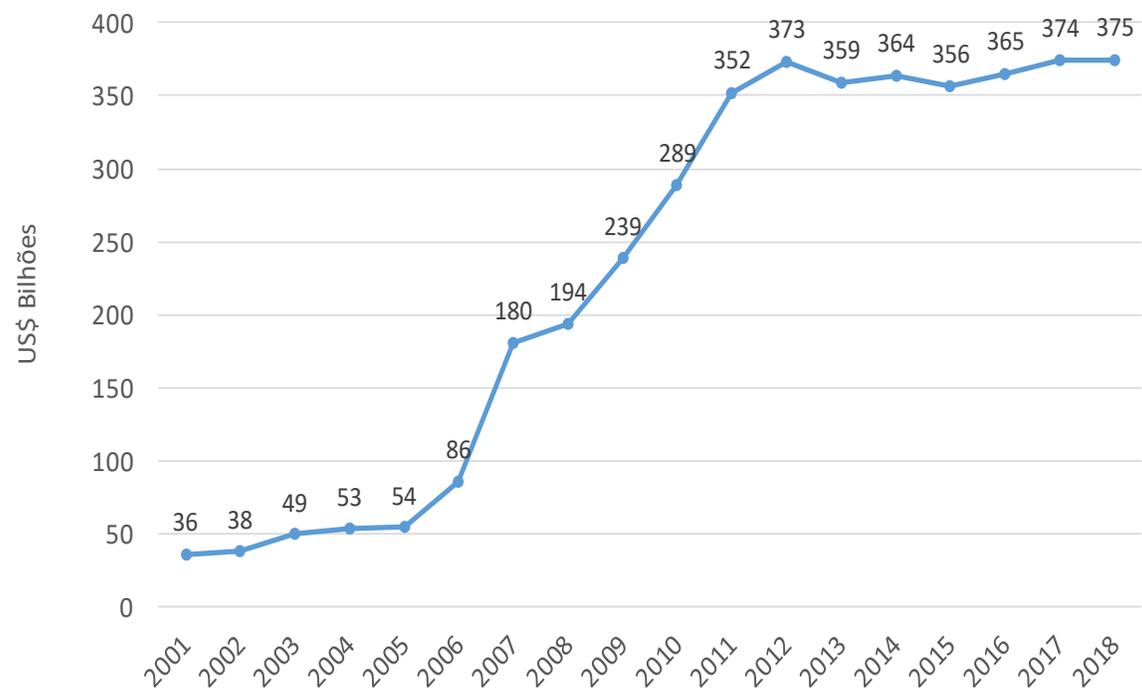
Principais Regras Fiscais

Fluxos de resultado do Banco Central (transferência/cobertura)

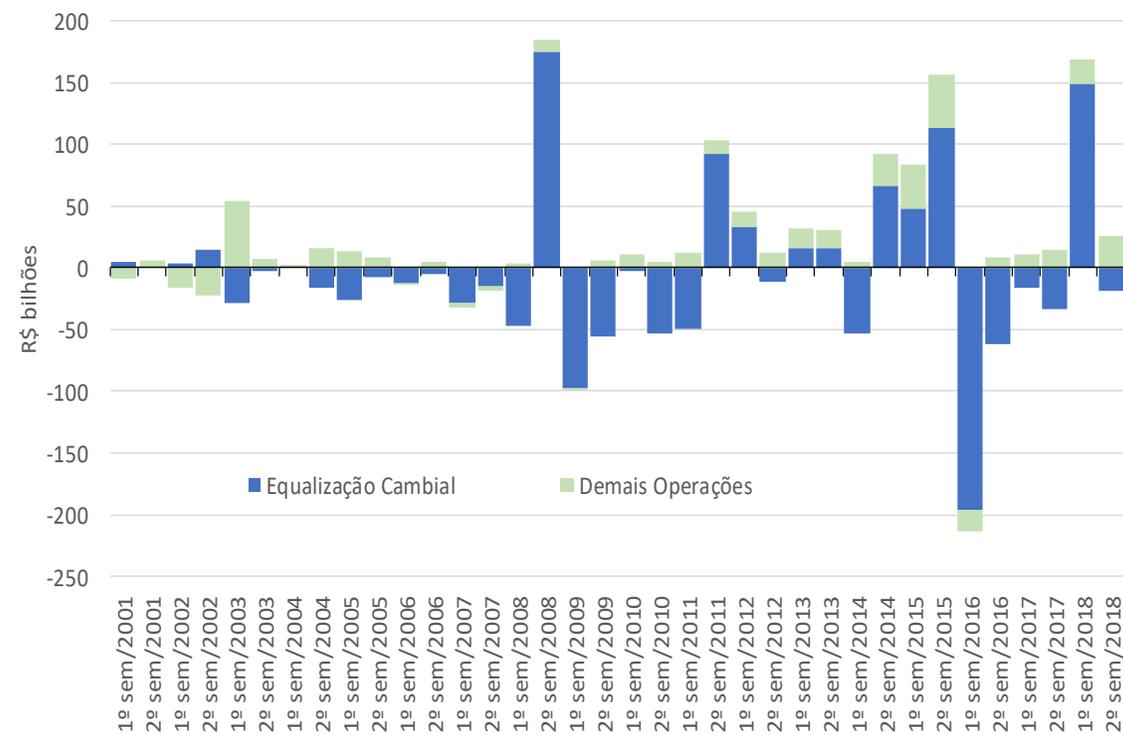
Indicadores da dívida

Mudança estrutural justificou a atualização da legislação sobre tratamento do resultado financeiro do BCB

Evolução das reservas internacionais

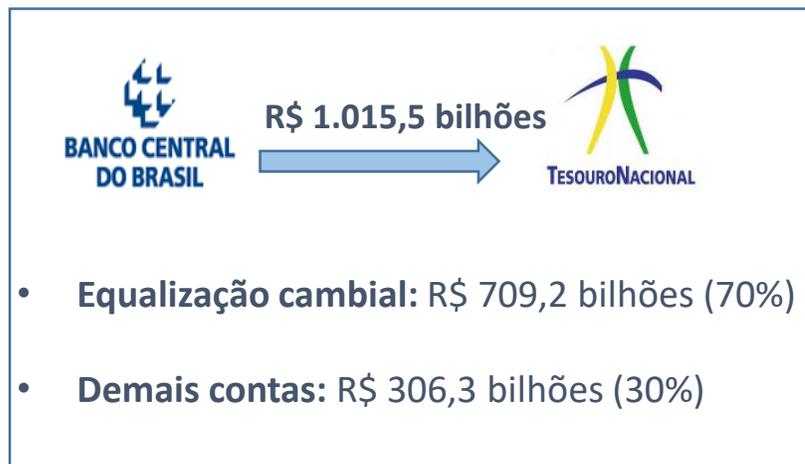


Fluxos de resultados do Banco Central



Fluxo de recursos entre TN e BCB de 2008 a 2018 decorrentes do resultado do BCB

Transferências do BCB para o TN em dinheiro



Transferências do TN para o BCB em títulos



Principal característica do modelo atual:

a. Componentes do resultado do BC

- Demais Contas (Operacional)
- Equalização Cambial

b. Tratamento do resultado:

- Positivo: BC transfere em dinheiro para o TN
- Negativo: TN aporta títulos no BC

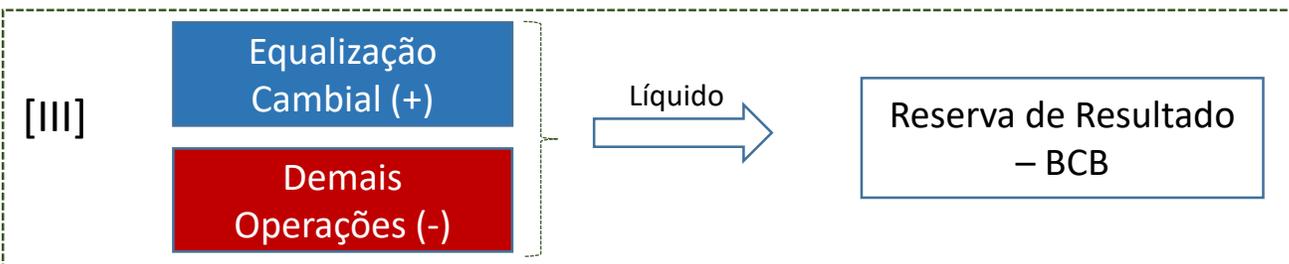
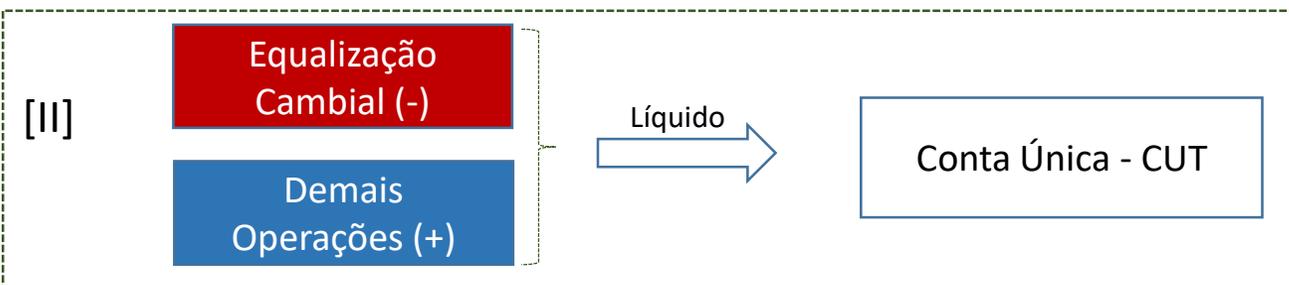
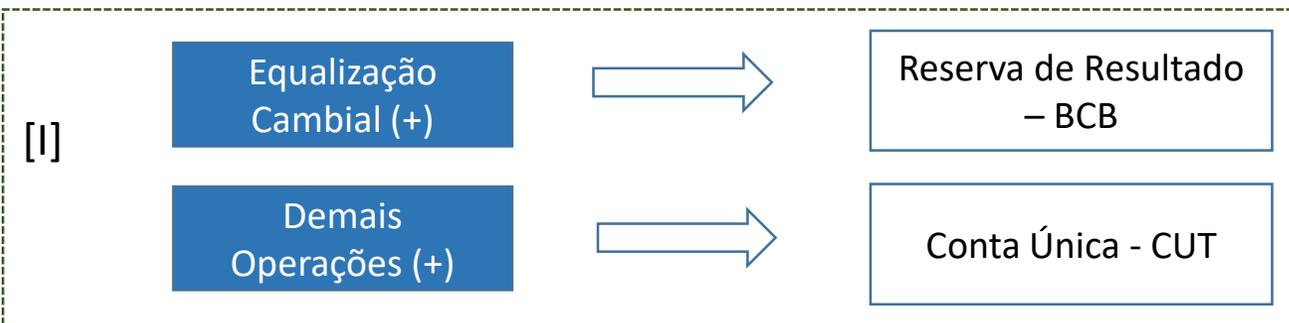
* No modelo atual, os resultados da equalização cambial e das demais contas são apartados, de modo que as transferências **não** ocorrem pelo valor líquido dessas rubricas.

Reserva de resultado no BCB: Suavização dos fluxos de transferências entre TN e BCB



Resultado Líquido Global Positivo

Destinação



Resultado Líquido Global Negativo

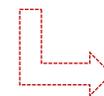
1º Etapa/ Colchão

Absorção de resultado negativo pela **Reserva de Resultados no BC**



2º Etapa/ Colchão

Nova absorção de resultado pelo **Patrimônio Líquido** do BCB (até 1,5% do Ativo)



3º Etapa

Cobertura do resultado negativo restante por **emissão de títulos do Tesouro Nacional para o BCB**

A Lei 13.820/ 2019 aperfeiçoa os normativos que regem o relacionamento TN-BCB

Suavização dos fluxos de transferências entre TN e BCB:

- Criação de mecanismo para manter os resultados do BCB (equalização cambial) em reserva patrimonial no próprio balanço da instituição

Aperfeiçoamento na Gestão do Controle da Inflação:

- Autorização para que o TN emita títulos para o BCB, para assegurar patamar mínimo para a Carteira Livre de títulos públicos disponíveis para a política monetária (títulos livres devem corresponder a um mínimo de 4% da carteira total)
- Autorização para cancelamento do montante equivalente aos títulos emitidos ao BCB para assegurar a carteira livre mínima, desde que essa carteira se mantenha em patamar adequado à política monetária

Aperfeiçoamento na Gestão da Dívida Pública:

- Diminuição do volume de emissões de títulos do TN para o BCB
- Redução de pressões sobre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), apurada no conceito do FMI

Os princípios do relacionamento BCB-TN aplicados à Lei 13820/2019

1. Resultados não realizados não devem gerar implicações na política econômica; 
2. Garantir equilíbrio patrimonial do BC → PL do BC não deve ficar negativo; 
3. Não gerar riscos à gestão da dívida pública; 
4. Não constranger a execução da política monetária; 
5. Perenidade das regras; 
6. Exclusividade na destinação dos recursos do resultado do BC; 
7. Suavização dos fluxos entre as entidades; e 
8. Respeito às melhores práticas contábeis internacionais. 

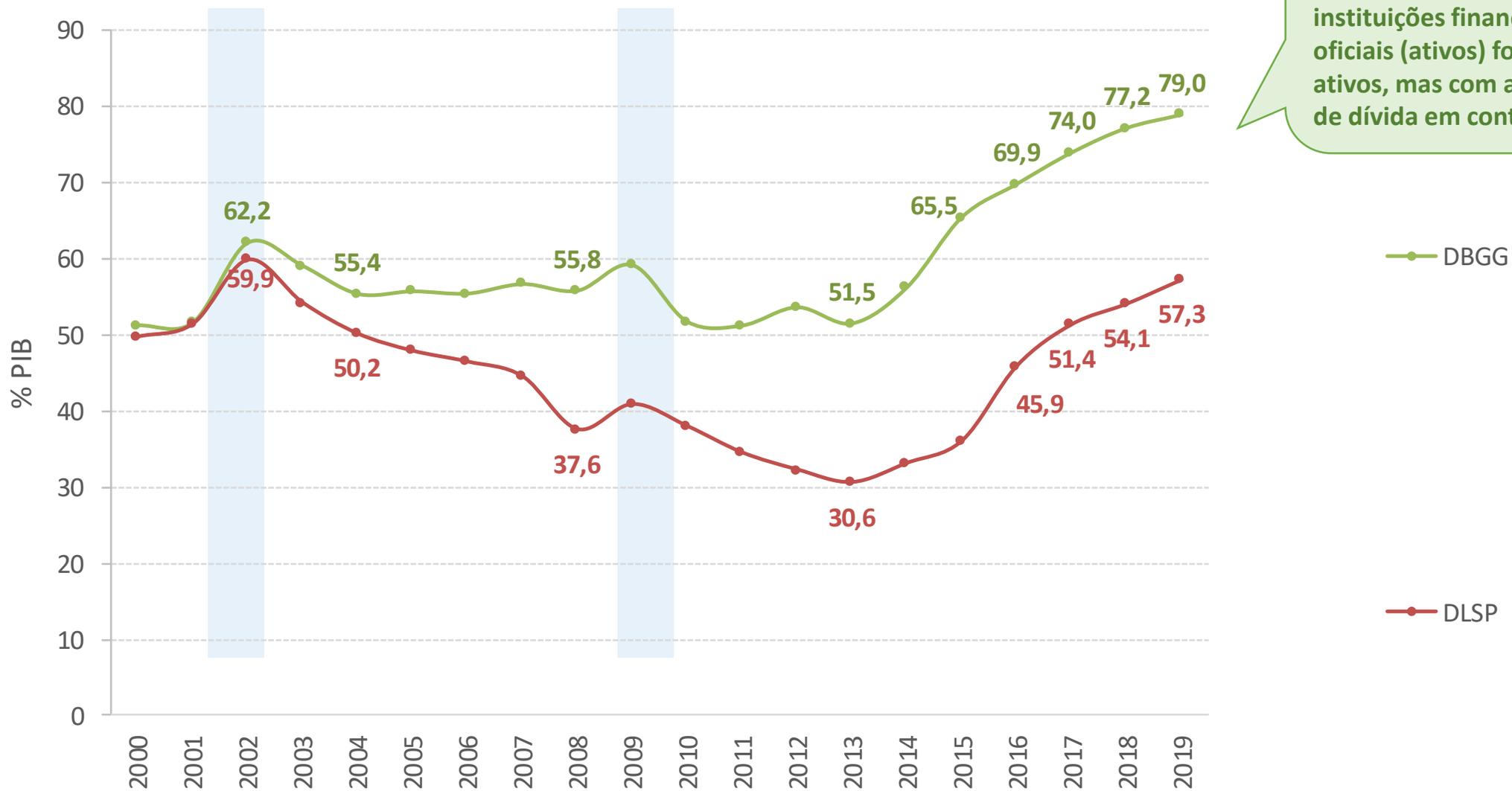
Conceitos da dívida pública: DBGG, DLSP, DPF e compromissadas

Principais Regras Fiscais

Fluxos de resultado do Banco Central (transferência/cobertura)

Indicadores da dívida

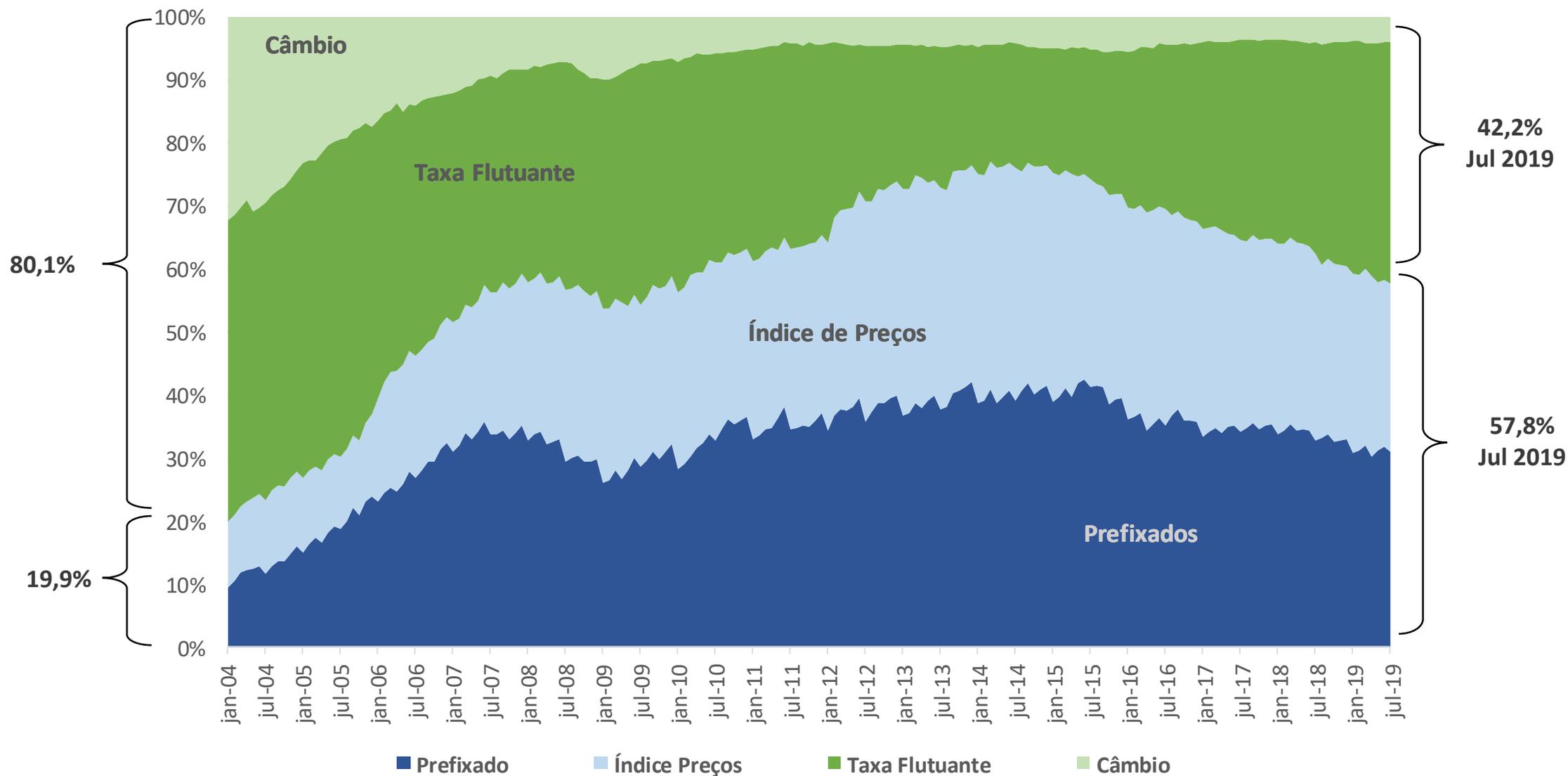
Principais fatores que afetam o endividamento



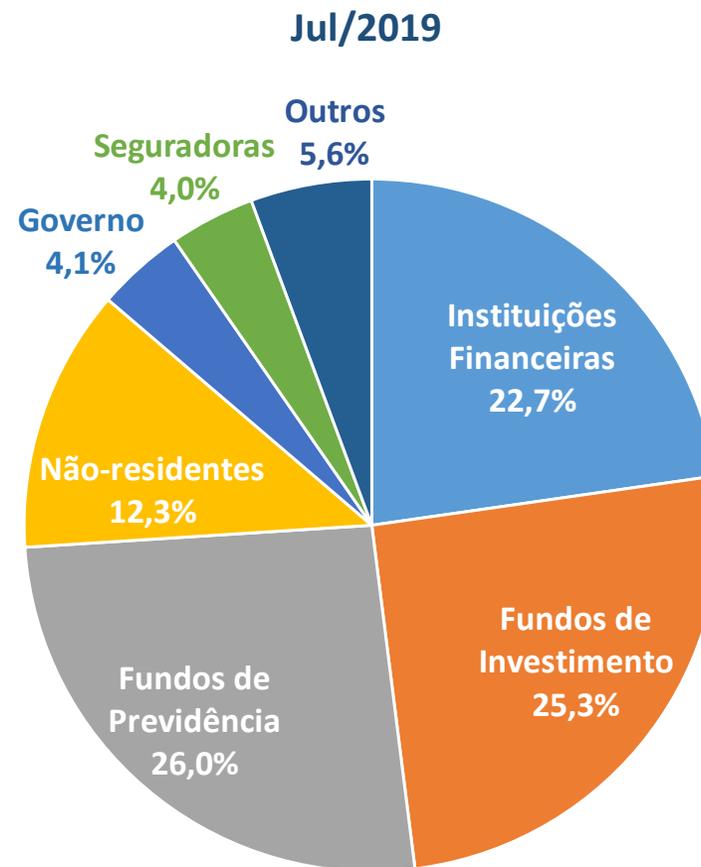
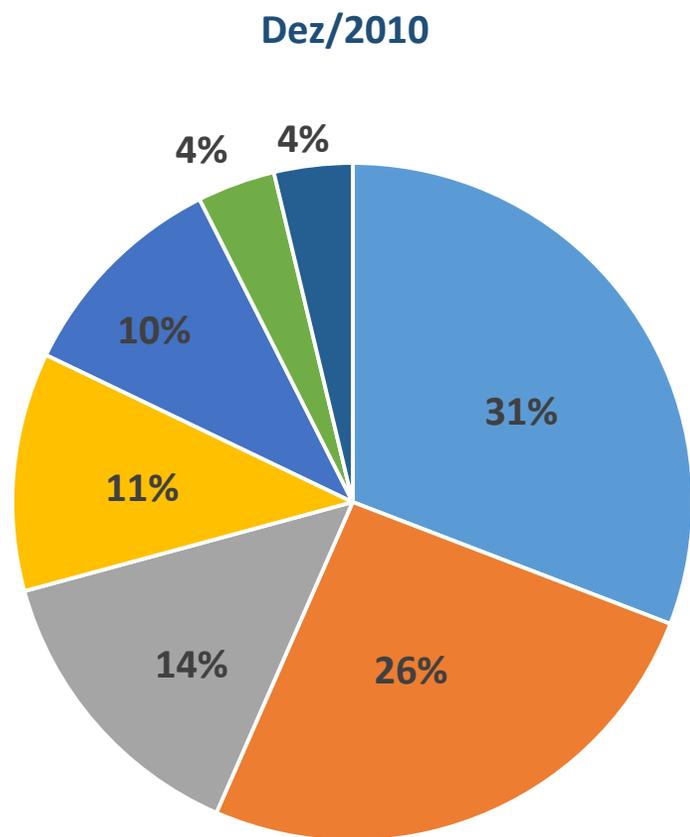
A constituição das reservas internacionais e a concessão de créditos a instituições financeiras oficiais (ativos) formaram ativos, mas com aumento de dívida em contrapartida

Fonte: Banco Central. Nota de Política Fiscal

Aperfeiçoando a Composição da DPF - Substituição dos títulos com taxa flutuante por índices de preços e prefixados



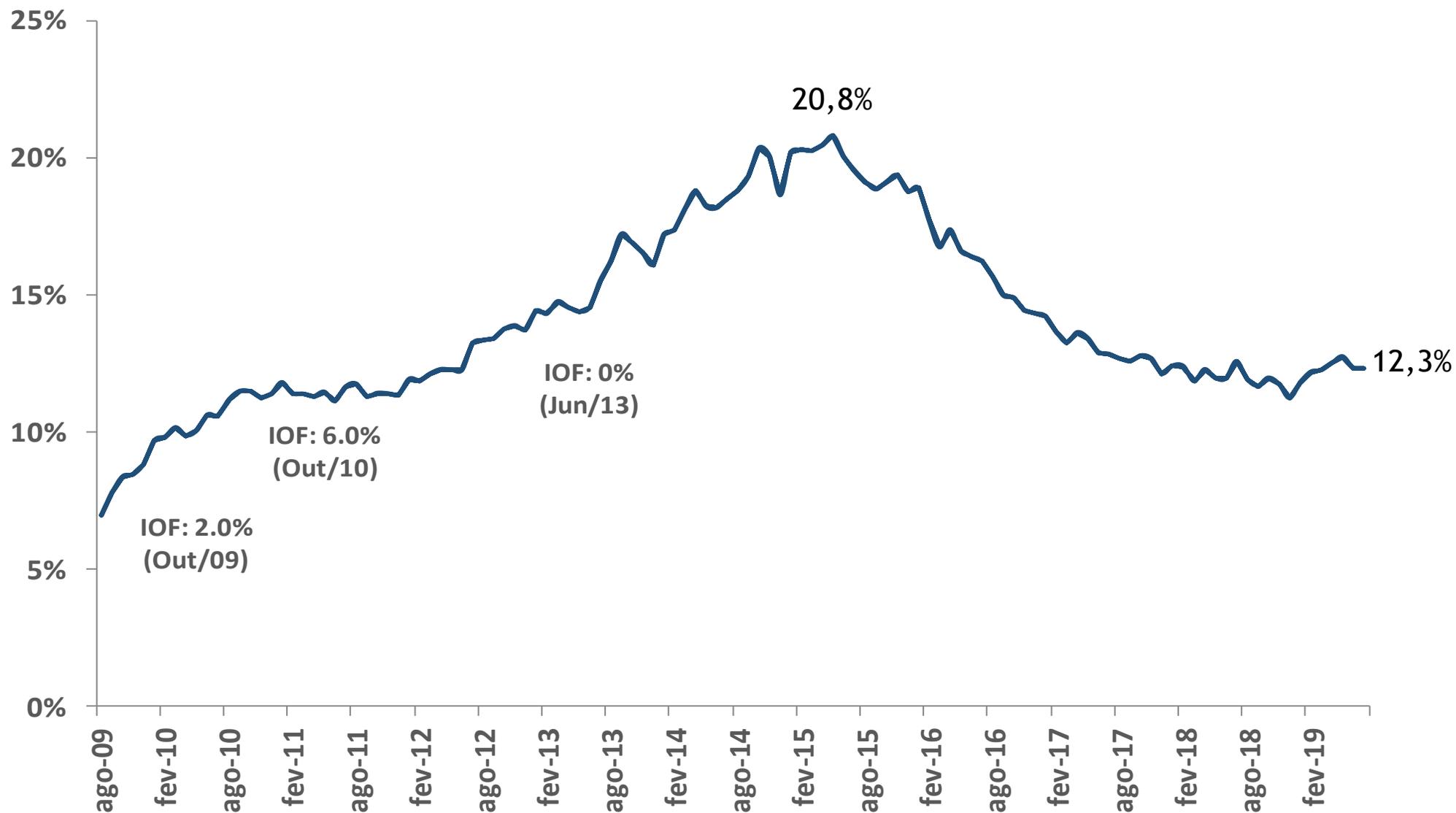
Detentores da DPMFi - Participação



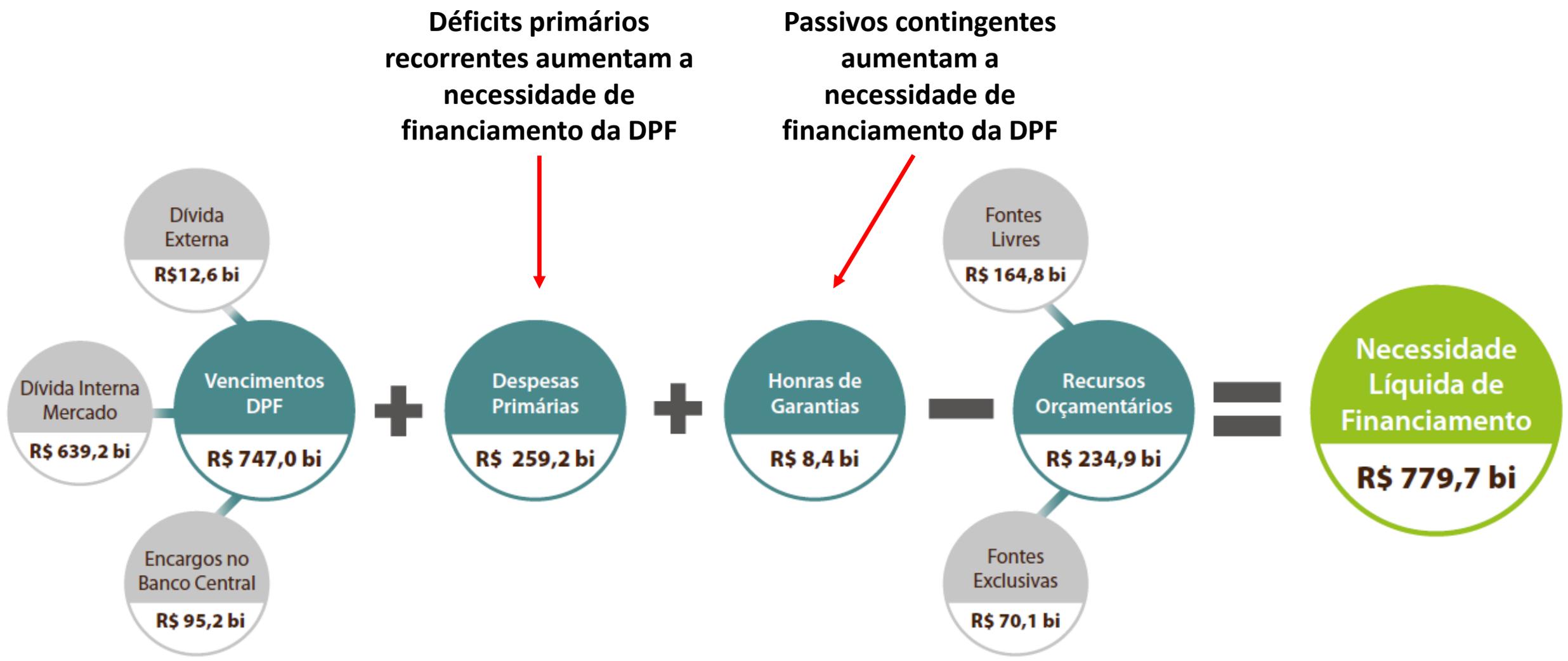
Base de investidores tem se tornado mais diversificada

■ Instituições Financeiras ■ Fundos ■ Previdência ■ Não-residentes ■ Governo ■ Seguradoras ■ Outros

Participação dos não-residentes (Jul/19)



Impacto de passivos contingentes e déficit primários na dívida pública



Esforços de comunicação junto à sociedade

- » 1º Seminário Internacional de Dívida Pública
- » Por Dentro das Contas da Dívida (visão do orçamento)
- » Papo Tesouro – Programa de Apoio à Pesquisa e Orientação pelo TN
- » Campanha dos Programa Tesouro Direto
- » A Dívida em vídeos

» Série sobre conceitos da dívida

Série sobre a Regra de Ouro



Instrumentos de Transparência e Previsibilidade na Gestão de Dívida

Divulgações Tesouro Nacional

Relatório Mensal da Dívida (RMD)

Estatísticas sobre a DPF, como emissões, resgates, perfil de vencimentos, etc.

Plano Anual de Financiamento (PAF)

Guia de referência sobre os rumos da gestão da dívida a cada ano.

Relatório Anual da Dívida (RAD)

Evolução da dívida e da estratégia de financiamento no ano anterior.

Relatório Quadrimestral de Projeções da Dívida Pública

Estimativas e análise dos principais indicadores da dívida pública brasileira

Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

Situação fiscal dos órgãos/entidades da administração direta e indireta

Relatório Quadrimestral de Garantias (RQG)

Informações sobre as operações de crédito com garantia da União.

Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Controle, monitoramento e publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos na LRF.

Tesouro Transparente (TT)

Grande banco de dados das finanças públicas brasileiras.

Calendário Anual de Leilões



Divulgações Banco Central

Nota de Mercado Aberto

Informações sobre compromissadas

Nota de Política Fiscal

Dados sobre DLSP e DBGG

6 nov
2019
Brasília

SAVE THE DATE

Seminário

Dívida pública

Caminhos para a Sustentabilidade

*Na oportunidade, serão celebrados os 10 anos da publicação do livro da Dívida

Muito Obrigado!

Para mais informações acesse o site do Tesouro Nacional:

www.tesouro.fazenda.gov.br

Ou entre em contato com a Gerência de Relacionamento Institucional:

stndivida@fazenda.gov.br

Invista no Tesouro Direto

 **TESOURO DIRETO**

www.tesourodireto.gov.br